



Justiça Federal em Pernambuco

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE  
ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA JUSTIÇA FEDERAL EM  
PERNAMBUCO (JFPE) E SUAS RESPECTIVAS SUBSEÇÕES**

# CADERNO DE PROVA

Dia: 28 de abril de 2013

---

Prova: Direito

---

**Leia com atenção:**

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente, ao candidato, interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:  
**É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, a ser entregue pela equipe de fiscalização.**



NOME: _____	SALA: _____
INSCRIÇÃO: _____	IDENTIDADE: _____
	ORGÃO/UF: _____



# REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA:

**O consumismo é fruto de uma sociedade capitalista?**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

6. \_\_\_\_\_

7. \_\_\_\_\_

8. \_\_\_\_\_

9. \_\_\_\_\_

10. \_\_\_\_\_

11. \_\_\_\_\_

12. \_\_\_\_\_

13. \_\_\_\_\_

14. \_\_\_\_\_

15. \_\_\_\_\_

16. \_\_\_\_\_

17. \_\_\_\_\_

18. \_\_\_\_\_

19. \_\_\_\_\_

20. \_\_\_\_\_

21. \_\_\_\_\_

22. \_\_\_\_\_

23. \_\_\_\_\_

24. \_\_\_\_\_

25. \_\_\_\_\_

26. \_\_\_\_\_

27. \_\_\_\_\_

28. \_\_\_\_\_

29. \_\_\_\_\_

30. \_\_\_\_\_

## REDIGIR:

- Uma dissertação argumentativa em prosa;
- Pôr um título;
- Ser fiel à temática;
- Obedecer às normas da língua formal;
- Ser coeso e coerente;
- Atender ao limite de 25 a 30 linhas.

**PROVA: DIREITO**

**Direito Penal**

**QUESTÃO 01**

A relevância do estudo da aplicação da lei penal se apresenta ante a necessidade de saber qual a lei aplicável ao caso concreto. Acerca do tema indique a alternativa correta.

- a) Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal pátrio adotou a teoria do resultado.
- b) O Código Penal brasileiro recepcionou a teoria da territorialidade de forma plena, absoluta e irrestrita.
- c) Devido à incidência do princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido a bordo de uma embarcação pertencente ao governo brasileiro, quando esta se encontrava navegando em alto mar, em águas internacionais.
- d) Em relação aos crimes de espaço máximo ou de trânsito, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade ou mista.
- e) A ultratividade é uma característica exclusiva da lei penal temporária e excepcional.

**QUESTÃO 02**

João entrou na casa de Antônio com a intenção de furtar uma TV. Enquanto aquele retirava o aparelho da parede, ouviu um barulho na porta e resolveu abandonar o local, deixando o objeto que estava furtando. Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) Arrependimento eficaz.
- b) Crime de furto na forma tentada.
- c) Arrependimento posterior.
- d) Desistência voluntária.
- e) Crime de furto consumado.

**QUESTÃO 03**

No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública é correta a alternativa:

- a) O crime de corrupção ativa (artigo 333 do Código Penal) admite a chamada corrupção subsequente.
- b) Na corrupção passiva (artigo 317 do Código Penal), o exaurimento deste implica uma causa de aumento de pena.
- c) O crime de corrupção passiva (artigo 317 do Código Penal), na modalidade “solicitar” vantagem indevida, é um crime material.
- d) O funcionário público que facilita, com infração do dever funcional, a prática do contrabando ou descaminho responde, na condição de partícipe, pelo crime contrabando ou descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal brasileiro.
- e) O crime de prevaricação (artigo 319 do Código Penal) só admite a forma comissiva.

**PROCESSO PENAL**

**QUESTÃO 04**

Da decisão que julgar quebrada a fiança desafia:

- a) Recurso ordinário constitucional.
- b) Apelação.
- c) Recurso especial.
- d) Correição parcial.
- e) Recurso em sentido estrito.

**QUESTÃO 05**

Segundo doutrina LOPES JR, “A competência, ao mesmo tempo em que limita o poder, cria condições de eficácia para a garantia da jurisdição (juiz natural e imparcial)” (LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal, São Paulo: Saraiva, 2013). Sobre o tema, aponte a alternativa correta.

- a) Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, um delito praticado contra a Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos é da competência da Justiça Estadual.

- b) Nos casos em que o crime praticado tiver ocorrido fora do território brasileiro e que, devido ao princípio da extraterritorialidade, a legislação brasileira for aplicável ao caso, a competência será da Justiça Federal.
- c) É competência da Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.
- d) O crime de sonegação de contribuição previdenciária, perpetrado em detrimento do INSS, é de competência da Justiça Estadual.
- e) Entende o Superior Tribunal de Justiça, em atenção à disciplina constitucional, que o crime praticado a bordo de uma lancha é da competência da Justiça Federal.

## **PROCESSO CIVIL**

### **QUESTÃO 06**

“A jurisdição é uma das funções do Estado, e visa a resolver um litígio posto à sua apreciação, a partir da aplicação da (ou pelo menos da tentativa de aplicar a) vontade objetiva do direito (...)” (MOUZALAS, Rinaldo. Processo Civil- volume único, Salvador: JusPodvim, 2011).

Sobre o tema aponte a resposta correta.

- a) Uma das características da jurisdição é a substitutividade. Assim, o exercício da jurisdição por parte do Estado afasta, conseqüentemente, qualquer possibilidade do uso da autotutela pelos particulares.
- b) Na autocomposição, as partes chegam a um acordo pela promoção deste, advinda da participação de um terceiro.
- c) Uma das características da jurisdição é a inércia. Esta dispõe que a tutela jurisdicional só será prestada quando o interessado a requerer. Como

corolário deste princípio, tem-se o princípio da congruência.

- d) O exercício da função jurisdicional jamais poderá ser delegado, ressalvados o poder instrutório e o poder decisório.
- e) O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, embora encontre expressa previsão na Constituição da República, não constitui cláusula pétrea.

### **QUESTÃO 07**

Paulo, universitário, ajuizou uma demanda contra Antônio, seu pai, para requerer alimentos. O processo corre em segredo de justiça.

Dado o caso hipotético, considere a disciplina legal e as assertivas a seguir, indicando a opção correta.

- a) Os atos processuais são públicos, como determina o caput do artigo 155 do Código de Processo Civil, não podendo, portanto, tal processo correr em segredo de justiça.
- b) É possível, por vontade das partes, que os processos corram em segredo de justiça, podendo, neste caso, terceiros, devidamente identificados, consultarem os autos, ainda que não tenham interesse na demanda.
- c) Os atos processuais, excepcionalmente, podem correr em segredo de justiça. O terceiro que demonstrar interesse jurídico, poderá requerer ao juiz, certidão do dispositivo da sentença. Contudo, o caso apresentado no enunciado não representa uma das hipóteses legais em que o processo poderá correr em segredo de justiça.
- d) Os atos processuais são públicos. Contudo, é possível, ao autor, requerer que o processo corra em segredo de justiça, e o magistrado, mediante a aferição da equidade, poderá decidir, deferindo o pedido.
- e) Os atos processuais são, em regra, públicos. Contudo, o caso apresentado representa uma das

hipóteses legais em que o processo poderá correr em segredo de justiça. O terceiro que demonstrar interesse jurídico, poderá requerer, ao juiz, certidão do dispositivo da sentença.

#### QUESTÃO 08

Indique a alternativa correta.

- a) A incompetência relativa pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.
- b) O Tribunal Regional Federal pode ser competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual.
- c) A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, altera a competência territorial resultante das leis do processo.
- d) A intervenção da União como sucessora da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) não desloca a competência para a Justiça Federal, quando a sentença tenha sido proferida por juiz estadual.
- e) Compete, ao Superior Tribunal de Justiça, decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

#### QUESTÃO 09

Os pressupostos processuais são elementos indispensáveis à formação regular da relação jurídica processual. Sobre o tema, está correta a alternativa:

- a) Os atos decisórios praticados por juiz reconhecidamente impedido serão invalidados.
- b) Devido à adoção do princípio do dispositivo no ordenamento jurídico pátrio, não é possível o conhecimento de ofício pelo magistrado dos pressupostos processuais.
- c) A decisão prolatada por uma pessoa que não esteja investida de jurisdição é inválida.
- d) A capacidade de ser parte ou legitimação para o processo só pode ser reconhecida às pessoas naturais e jurídicas.

- e) O não suprimento da ausência de capacidade postulatória do réu levará à extinção do processo sem a apreciação do mérito.

#### QUESTÃO 10

Márcio, advogado, venceu uma aposta que fez com Pedro, onde este deveria entregar-lhe a sua moto. Ante a recusa de Pedro para o adimplemento, Márcio ajuíza uma demanda contra este. Considerando a hipótese, aponte abaixo a solução correta.

- a) Falta a Márcio legitimidade processual.
- b) Falta a Márcio interesse processual.
- c) Não há possibilidade jurídica da demanda.
- d) Falta capacidade postulatória.
- e) Falta um pressuposto processual negativo.

#### QUESTÃO 11

Sobre a disciplina dos atos processuais, regida pelo Código de Processo Civil, apresenta-se como correta:

- a) O reconhecimento jurídico do pedido é um ato processual realizado pela parte e classificado com ato dispositivo.
- b) Excepcionalmente, a exteriorização de atos processuais exige forma determinada. O ato processual praticado de forma irregular jamais deve ser aproveitado.
- c) Os atos processuais, mesmo que não atentem para a forma legal, jamais serão considerados inválidos quando preenchem a finalidade a que se destinam.
- d) O direito processual pátrio não permite a juntada de documentos produzidos em língua estrangeira.
- e) Em virtude da natureza da lide ou do interesse público, alguns atos podem ser realizados em segredo de justiça. Nesses casos, porém, a não autorização judicial para acesso aos autos a advogado, que não figurou como patrono, caracteriza indevida restrição à liberdade profissional deste.

### QUESTÃO 12

Acerca dos recursos no processo civil, é correta a alternativa:

- a) As decisões por maioria, em reexame necessário, desafiam embargos infringentes.
- b) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.
- c) O recurso especial, quando interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, ficará retido nos autos, não sendo necessário o recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recurso contra decisão final.
- d) Não é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por turma recursal de juizado especial cível.
- e) O princípio da reforma para pior não é aplicável aos julgamentos de recursos contra sentença em que haja sucumbência recíproca.

### QUESTÃO 13

Analise as proposições abaixo a respeito do recurso ordinário constitucional e indique a correta:

- a) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário constitucional não é interponível contra acórdão denegatório de mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção, proferida em única instância pelos tribunais superiores.
- b) O recurso ordinário e o extraordinário interpostos no mesmo processo, quando cabíveis, serão julgados conjuntamente pelo órgão plenário do Supremo Tribunal Federal.
- c) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o recurso ordinário é a via processual adequada para combater acórdão do Tribunal Estadual que indeferiu a petição inicial de medida cautelar, com a qual se pretendia o

restabelecimento de liminar em mandado de segurança.

- d) O recurso ordinário em mandado de segurança admite a interposição adesiva.
- e) A interposição de recurso extraordinário em lugar de recurso ordinário não constitui erro grosseiro, aplicando-se o princípio da fungibilidade a esses casos.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 14

Em relação à disciplina constitucional sobre a organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, independentemente da aprovação da população diretamente interessada. Tal procedimento se dará por meio de lei complementar.
- b) São bens da União, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre a organização administrativa da defensoria pública do Distrito Federal.
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito marítimo.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre floresta, caça, pesca e fauna.

### QUESTÃO 15

A Constituição pátria traz, no artigo 25 e seguintes, as normas básicas, definidoras da organização dos Estados federados. Aponte, a este respeito, a alternativa correta.

- a) Os Estados regem-se por suas leis orgânicas respectivas.
- b) Cabe, aos Estados, explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei complementar.

- c) Os Estados poderão mediante lei, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por aglomerações de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
  - d) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
  - e) Lei complementar disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- b) Lei complementar reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
  - c) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.
  - d) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período, perfazendo o máximo de dois anos.
  - e) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

#### **QUESTÃO 16**

Aponte a alternativa correta.

- a) A Constituição brasileira não contempla a possibilidade de divisão do Território Federal em Municípios.
- b) Em virtude do modo de formação da Federação brasileira, a Constituição da República concede autonomia política ao Território Federal.
- c) A Constituição pátria prevê a criação de órgãos judiciários de primeira e de segunda instância nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes.
- d) O Distrito Federal reger-se-á por sua Constituição e leis que adote, observados os princípios constitucionais.
- e) É possível a divisão do Distrito Federal, mediante consulta à população diretamente afetada, em Municípios.

#### **QUESTÃO 17**

Considerando a disciplina constitucional sobre a Administração Pública, aponte a opção correta.

- a) Os estrangeiros não poderão ter acesso aos cargos, empregos e funções públicas.

#### **QUESTÃO 18**

Analise as alternativas abaixo acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil e indique a letra que corresponde aos fundamentos elencados no artigo 1º da Constituição pátria de 1988:

- a) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; garantia do desenvolvimento nacional; e pluralismo político.
- b) Independência dos Poderes; erradicação da pobreza; e pluralismo político.
- c) Garantia do desenvolvimento nacional; pluralismo político; e independência dos Poderes.
- d) Pluralismo político; dignidade da pessoa humana; e construir uma sociedade livre justa e solidária.
- e) Soberania; dignidade da pessoa humana; e cidadania.

#### **QUESTÃO 19**

Observe as assertivas relativas ao Poder Judiciário e identifique a correta.

- a) O Conselho é órgão externo ao Poder Judiciário responsável pelo controle da atuação

administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

- b) É obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou quatro alternadas em lista de merecimento.
- c) Na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros.
- d) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, devendo devolvê-lo de imediato ao cartório, independentemente de despacho ou decisão.
- e) Compete, ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

#### **QUESTÃO 20**

Para os efeitos da lei 8112/90, não se pode afirmar que:

- a) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público e cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo ou em comissão. Será efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira e, em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- c) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder e a investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- d) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento em comissão ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e

capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

- e) A posse, em cargo público, dependerá de prévia inspeção médica oficial, e, só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

#### **QUESTÃO 21**

A Administração Pública exerce suas funções administrativas por meio de órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos. Existem formas de distribuir a atuação estatal para que haja uma efetiva atuação. Sobre a Desconcentração na Administração Pública, pode-se afirmar:

- a) Ocorre, quando a entidade política transfere para outra pessoa parte de suas atribuições. Essa transferência pressupõe a existência de duas pessoas distintas: o ente descentralizador e a pessoa que recebeu a atribuição. Não há subordinação entre elas, mas apenas vinculação, existindo o chamado controle finalístico, ou seja, de desempenho.
- b) Na administração pública, pode ser implementada por outorga, quando a transferência for feita para uma entidade administrativa por meio de lei e por prazo indeterminado ou por delegação, quando a transferência for feita a um particular, por ato ou contrato e por prazo determinado.
- c) No seu sistema, não existe subordinação (hierarquia), e sim vinculação. Em outras palavras, cabe apenas o controle finalístico ou tutela administrativa ou supervisão.
- d) Ocorre, no âmbito de mais de uma pessoa jurídica, embora, sem relação de hierarquia ou subordinação. No âmbito das entidades desconcentradas, o controle compreende apenas os poderes de fiscalização e revisão.
- e) Trata-se de uma mera técnica administrativa de distribuição interna de competências mediante

criação de órgãos públicos. Pressupõe a existência de apenas uma pessoa, pois os órgãos não possuem personalidade jurídica própria.

#### **QUESTÃO 22**

O contrato administrativo é uma espécie de contrato no qual é imprescindível o emprego de princípios de direito público, embora se possa, supletivamente, aplicar os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Pela sua natureza, possui cláusulas e termos que impõem prerrogativas e restrições inerentes à natureza pública da atividade administrativa. Identifique abaixo a alternativa que apresenta erro na descrição das características de um contrato administrativo:

- a) O contrato administrativo requer o atributo da consensualidade, uma vez que nele deve estar consubstanciado um acordo de vontades e não um ato unilateral. Em regra, apresenta como características a formalidade, onerosidade, comutatividade, além da realização intuito persona.
- b) Em consequência do princípio da supremacia do interesse público, possui o contrato administrativo cláusulas exorbitantes que se manifestam pela possibilidade de alteração ou rescisão unilateral do contrato. A citada supremacia e indisponibilidade do interesse público não afastam a prevalência dos princípios da legalidade, moralidade e isonomia que regem a atividade administrativa.
- c) Em nome da supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade, por parte da administração, dos preceitos basilares a serem observados pela administração pública, os contratos, em qualquer caso, para sua formalização, devem ser precedidos de procedimento licitatório, sob pena de nulidade do ato.
- d) Será nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo se relacionado a

pequenas compras de pronto pagamento, em valor e operacionalização determinados por lei.

- e) Todo contrato deve mencionar o nome das partes e seus representantes (se houver), a finalidade, o ato que autorizou a sua celebração, o número do processo de licitação ou da sua dispensa e/ou inexigibilidade, e a sujeição dos contratantes às normas da Lei 8.666/1993 e às cláusulas contratuais.

#### **DIREITO CIVIL**

##### **Questão 23**

A menoridade civil, segundo o Código Civil Brasileiro cessará aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Sobre o tema, não se pode afirmar que:

- a) Cessará para os menores a incapacidade pelo casamento.
- b) Cessará para os menores a incapacidade pela existência de relação de emprego, desde que público e, em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) Cessará para os menores a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- d) Cessará para os menores pelo exercício de emprego público efetivo.
- e) Cessará para os menores pela colação de grau em curso de ensino superior.

##### **QUESTÃO 24**

Sobre os Bens Reciprocamente Considerados, temos como verdadeiro que:

- a) São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro ou

provisório, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) Acessório é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente, ainda que sua existência dependa do principal.
- d) Apenas quando estão na condição de separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- e) Benfeitorias são os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, com ou sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

#### **QUESTÃO 25**

Sobre o ato ilícito, à luz do Direito Civil, não se pode afirmar:

- a) Os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, não constituem atos ilícitos.
- b) Cometerá ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- c) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz à da obrigação principal.
- d) Cometerá ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, exceda os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, ainda que, presumidamente, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- e) Cometerá ato ilícito aquele que deteriorar ou destruir coisa alheia, ou causar lesão a outrem,

ainda que com o intuito de remover perigo iminente, face ao princípio da integridade física.

#### **QUESTÃO 26**

Os institutos da prescrição e da decadência nas relações jurídicas se fundamentam no decurso de tempo fixado em lei, unido à inércia ou falta de interesse do titular do direito. Foram criados pelo direito para servirem de instrumento na resolução de conflitos, e, conseqüentemente buscar a paz social. Sobre os institutos é incorreto afirmar:

- a) Em sendo violado um direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos estipulados em lei e não podem ser alterados por acordo das partes.
- b) Não corre a prescrição nem a decadência contra os incapazes definidos em lei; contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios; nem contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
- c) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, dentre outros motivos, pelo despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, desde que o interessado a promova no prazo e na forma da lei processual.
- d) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros, diferentemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados solidários.
- e) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

#### **QUESTÃO 27**

As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Sobre o tema, não podemos afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; as demais entidades de caráter público criadas por lei. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- b) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- d) São pessoas jurídicas de direito privado, as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- e) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público interno e externo com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se, no registro, todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **QUESTÃO 28**

Segundo artigo 3º do CTN - Código Tributário Nacional, "tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade

administrativa plenamente vinculada." Da definição mencionada, assinale a correspondência incorreta:

- a) Por "prestação pecuniária compulsória", entende-se que o tributo não é pago por um ato de vontade e sim em estrito cumprimento a uma determinação imposta pelo Estado, ao contrário das que decorrem do ato de vontade do particular. Seu mérito não é questionado.
- b) "Em moeda, ou cujo valor nela possa se exprimir" explica que os tributos devem ser pagos em moeda corrente, vedando-se a liquidação da obrigação pela entrega de bens.
- c) No termo "instituída em lei" está contido a obediência ao Princípio da Legalidade, basilar para o Direito Tributário na instituição e operacionalização dos tributos.
- d) Na expressão "que não constitua sanção de ato ilícito", o legislador complementar deixa claro que as multas, conquanto igualmente "receitas derivadas" não se confundem com o tributo, posto que este não é uma pena imposta por alguém pelo descumprimento de um preceito legal. Os tributos têm origem em atos lícitos.
- e) "Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada" significa dizer que não é só a exigência do tributo que deve estar prevista em lei, mas também o modo de sua cobrança. A administração pública não pode decidir se quer ou não cobrar o tributo e nem a quem cobrar ou dispensar, ainda que haja questões humanitárias para isso.

### **QUESTÃO 29**

Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário, previstas no art. 175 do CTN, podemos afirmar que:

- a) A exclusão do crédito tributário dispensa igualmente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal

- cujo crédito foi excluído, posto que o acessório segue o principal.
- b) A remissão é forma de exclusão do crédito tributário, quer decorrente de penalidade, quer decorrente de tributo.
  - c) Na isenção, em um primeiro momento, ocorre o surgimento de uma obrigação tributária, em virtude da ocorrência do fato jurídico tributário; contudo, em virtude da imposição da norma de isenção, dispensa-se o pagamento do tributo.
  - d) A isenção pode ser estabelecida por lei ou por decreto do executivo, desde que respeitado o Princípio da Anterioridade Tributária.
  - e) A isenção heterônoma assegura a interferência de um ente federativo no âmbito da competência tributária de outro que, possuindo-a, não a exerça adequadamente. Essa medida constitucional enaltece o princípio federativo brasileiro.
- d) Tem por objeto as prestações positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
  - e) Quando regularmente constituído, somente se modificará, extinguirá, ou terá sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em Lei, não sendo admitida a dispensa.

### **QUESTÃO 30**

Por força da ordem tributária, estabelece-se uma relação jurídica entre o Estado e o particular. É a relação jurídico-tributária, estabelecida ainda que não exista tributo a pagar. Sobre o tema, assinale a resposta que corresponde ao lançamento tributário:

- a) De natureza obrigatória e vinculada, refere-se à materialização do tributo por concretizar, individualizar e especificar a ocorrência do fato gerador. Sem essa formalização, o Estado perde o direito de cobrar ao contribuinte.
- b) É o vínculo jurídico surgido com a ocorrência do fato gerador e tem, por objetivo, o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- c) Trata-se de elemento fundamental para a criação da obrigação tributária e se consubstancia na concretização de um pressuposto de fato que a lei atribuiu hipoteticamente.

**PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA**

Texto 1

A boa-fé negociada

*Em tempos de politicamente correto, em que a caridade e o bem-fazer estão em alta, as ideias de Bianchi e Zizek mostram estas atitudes serem apenas mais um jogo mercantil para a estimulação do consumo sem culpa.*

Em constante renovação, o capitalismo hoje é travestido de máscaras ideológicas da tolerância, que velam a economia global em suas formas mais cruéis. O estímulo do consumo na atualidade se dá por meio da boa-fé das pessoas, que acreditam estar ajudando em causas sociais ou sustentáveis — ou também apenas se utilizam da culpa. De qualquer forma, entretanto, o resultado final desemboca naquilo que trará êxito ao eficiente ciclo do consumo, que precisa se ampliar e tornar essencial aquilo que não é.

As máscaras do capitalismo referem-se ao “cinismo descarado” deste sistema global que, ao invés de agir pontualmente a favor da emancipação da população explorada, prolonga o *status quo* por meio de discursos e práticas distorcidas. A “sustentabilidade” ou “inclusão social”, por exemplo, que se tornaram necessárias para a continuidade da ordem mercadológica e, conseqüentemente, vêm perdendo sua funcionalidade real.

Sob o signo da responsabilidade social, cada vez mais os governos estão delegando funções de cunho social, antes da incumbência restrita dos órgãos públicos, a empresas privadas. No Brasil, vemos isso na forma de projetos de incentivo à Cultura, Educação e Meio Ambiente, cujo valor, que é distribuído em forma de produto social, é abatido do imposto de renda e retorna para a instituição investidora como *marketing*. Isso não é novidade. A pergunta que surge é: qual a verdadeira preocupação da empresa que “investe” na inclusão social? E a do Governo?

Dois intelectuais contemporâneos chamam a atenção quanto ao tratamento desta relação entre a sociedade e os poderosos que a dirigem. O filósofo esloveno Slavof Zizek (1949) e o cineasta brasileiro Sérgio Bianchi (1945) concentram o seu trabalho na representação da sociedade brasileira, enquanto Zizek busca tecer um conhecimento amplo sobre as diversas manifestações culturais pelo mundo. Percebendo o fenômeno — que não é exclusivamente brasileiro, apesar de funcionar por meio de mecanismos diversos e diferentes pelo mundo —, Slavof Zizek explica por que, hoje, “caridade não é mais apenas uma idiosincrasia de alguns caras legais, mas o constituinte básico da nossa economia”. Hoje não mais compramos, vendemos e damos parte para uma “boa causa” como, por exemplo, para a Ecologia. No ato de consumir está cada vez implícito o ato caridoso, ou anticonsumista.

[...]

(VIGAR, Vivian. Revista Filosofia, ciência & vida, pág.24. março 2013).

Texto para as questões de 31 a 38

**Questão 31**

Considere as assertivas abaixo para poder responder a esta questão.

- I. O excerto faz referência aos males causados pelo capitalismo.
- II. Trata-se de um texto expositivo, com função cognitiva, com alguns termos da variedade coloquial da língua.
- III. Existe uma crítica ao capitalismo por este dar continuidade a uma situação discriminatória na sociedade.
- IV. Não há falhas de acordo com a variedade linguística formal.
- V. Todas as palavras estão empregadas denotativamente.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e V.
- c) III, IV e V.
- d) I, III IV e V.
- e) I, II, III, e IV.

### Questão 32

Em relação ao texto em análise, há apenas uma alternativa com falha, assinale-a.

- a) Em epígrafe, há uma síntese do que a autora irá relatar em referência à exploração feita pelas empresas no intuito de levar o homem a consumir.
- b) Segundo o excerto, o estímulo ao consumo é realizado mediante a difusão de ideias de auxílio às classes menos favorecidas e em nome da sustentabilidade.
- c) As forças governamentais estão buscando sempre concentrar, em suas mãos, ações que poderiam ser delegadas a empresas privadas, quando haveria outro olhar para todos os cidadãos.
- d) É existente um discurso falho por parte das forças governamentais, quando, em nome da sustentabilidade e da inclusão social, tomam certas medidas.
- e) Percebe-se no ato de consumir, segundo um alerta lançado pelo filósofo e pelo cineasta, implicitamente, um sentido caridoso e anticonsumista.

### Questão 33

“Caridade não é mais apenas uma idiosincrasia de alguns caras, mas o constituinte básico da nossa economia”.

Esta questão se prende ao período acima.

- I. Existe palavra circunstancial, indicativa de intensidade.

- II. O sentido de oposição é inserido por uma palavra relacional, que poderia ser substituída por “por isso”.
- III. Por “idiosincrasia” entende-se que se refere a características gerais a todos os membros de um determinado grupo.
- IV. As palavras “alguns” e “nossa”, no contexto, exercem idêntica função morfológica e sintática.
- V. Existe, no excerto, um sintagma nominal indicativo de característica de um nome.

A única alternativa correta é:

- a) Em nenhuma assertiva existe erro.
- b) Apenas uma alternativa possui falha.
- c) Há falhas apenas em duas alternativas.
- d) Existem somente duas alternativas corretas.
- e) Todas as assertivas possuem erros.

### Questão 34

“As máscaras do capitalismo referem-se ao “cinismo descarado” deste sistema global que, ao invés de agir pontualmente a favor da emancipação da população explorada, prolonga o *status quo* por meio de discursos e práticas distorcidas”.

Quanto ao parágrafo acima transcrito, existe um erro no item:

- a) Está redigido dentro das normas de regência da língua formal, no entanto, em uma palavra, existe um deslize ortográfico.
- b) A forma verbal “referem-se”, no contexto, possui regência idêntica ao verbo da oração: “Obedecemos sempre às leis”.
- c) Caso substituíssemos “por meio de” por “mediante”, a identidade semântica continuaria.
- d) Encontra-se correto o emprego do demonstrativo “deste”, por referir-se a um termo que se encontra próximo.

- e) A concordância do excerto se encontra de acordo com as normas formais, porém poderia ser empregado também “distorcidos”, sem haver agressão às referidas normas.

#### Questão 35

Em referência ainda ao parágrafo da questão 34, identifique a única alternativa correta.

- a) Caso puséssemos a palavra “se” antes da forma verbal, haveria erro.
- b) A expressão “ao invés de”, empregada corretamente, possui sentido de oposição.
- c) Não haveria erro de sentido caso tivesse sido empregado o vocábulo “destorcidas” em lugar de “distorcidas”.
- d) Há, no trecho, um erro de concordância, segundo as regras normativas da língua.
- e) “Cinismo” possui um cognato “sínico”, cujo significado é similar: pessoa que finge algo, que é irônica em quaisquer situações.

#### Questão 36

“A boa-fé”, nesta palavra, o hífen foi empregado corretamente, identifique, nas alternativas abaixo, aquela que se encontra com falha.

- a) Todos os para-quadristas estavam eufóricos, pois haviam conseguido a proeza de formarem uma estrela nos céus.
- b) O médico acertou quando passou aquele anti-inflamatório, uma vez que o ferimento logo fechou.
- c) O médico pediu que o cliente mandasse fazer uma ultrassom a fim de detectar que tipo de lesão havia na perna.
- d) O para-choque daquele automóvel ficou completamente destruído com a batida que foi recebida advinda de um caminhão.
- e) O bicho-da-seda é um bichinho bem interessante, ele tem preferência pelas folhas da amoreira, onde começa a sua tessitura.

#### Questão 37

“... apesar de funcionar por meio de mecanismos diversos e diferentes pelo mundo — Slavoj Zizek explica por que, hoje,...”.

Considere as assertivas abaixo em relação ao excerto acima.

- I. O valor semântico da oração inicial é de concessão.
- II. Se a expressão “apesar de” fosse trocada por “se bem que” não haveria alteração semântica, contudo o modo do verbo teria de ser alterado.
- III. Há uma falha ortográfica em relação ao emprego do “porquê”.
- IV. Há uma palavra com valor circunstancial de tempo.
- V. Existe somente termo indicativo de circunstância de tempo.

Estão corretas apenas as alternativas:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

#### Questão 38

Existe um “porquê” no excerto da questão 37. Quanto ao emprego da referida palavra, identifique a única assertiva com falha.

- a) Todos desejavam estar a par do assunto, porque assim teriam argumentos para fazerem a reivindicação de seus direitos.
- b) Estamos todos ansiosos porque teremos, com certeza, um excelente avenir, uma vez que estamos investindo em nosso amanhã.

- c) Os jovens se encontram muito felizes por que conseguiram superar uma fase difícil de suas vidas.
- d) Você está tendo uma oportunidade em sua vida não a aproveita por quê?
- e) Graças a Deus, já encontramos aquele porquê, ele nos estava angustiando, uma vez que dependia dele a resolução do problema.

#### Texto 2

Ser homem não garante a representação de um legítimo ser humano. É preciso ser imbuído daquele “sentimento de singular humanidade”. Para que o homem tenha a compreensão de sua humildade, é preciso, primeiro encontrar a sua essência. (Sarlet)

O parágrafo acima será utilizado para responder às questões 39 e 40.

#### Questão 39

- I. Existe apenas uma falha ortográfica, que não interfere na compreensão do parágrafo.
- II. A palavra “ser” possui um homônimo perfeito, que é o verbo “ser”, na forma nominal infinitiva.
- III. O plural da palavra “representação” é igual ao do termo “cidadão”.
- IV. A palavra “Íldimo” poderia substituir “legítimo” e não haveria mudança de sentido.
- V. Existe um sentido de o homem conhecer-se intimamente a fim de aprender a ser humilde.

Em relação às assertivas acima, estão corretas apenas:

- a) II, III, IV e V.
- b) II, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, III e V.
- e) I, IV e V.

#### Questão 40

Identifique a única alternativa discordante quanto ao excerto analisado.

- a) Existem formas verbais indicativas do momento presente e hipotética.
- b) Há uma forma verbal composta que exerce uma função substantiva.
- c) “Sua” constitui uma retomada pronominal, empregada de forma correta.
- d) A palavra “imbuído” poderia ser substituída por “impregnado”, e não haveria modificação semântica.
- e) “Para que” está inserindo no contexto o sentido de causa.